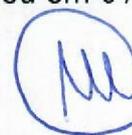


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às dez horas no Plenário Vereador Marcílio Periotto da Câmara Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, atendendo Edital de Chamamento para a realização de Audiência Pública na qual o Poder Executivo Municipal demonstraria o cumprimento de suas metas fiscais do Terceiro Quadrimestre do ano de dois mil e dezenove, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Iniciou a sessão o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador João do Alto, cumprimentando a todos e convidando os demais membros da comissão para tomarem lugar à mesa, o Prefeito Srº Maurício Aparecido da Silva, o Secretário de Fazenda Srº Cleison Moreira de Souza, o Consultor Assessor Contábil do Município Srº Marcos Rocco. O Srº Presidente agradeceu a presença dos contadores do município Éderson Fabio e Rafael Eugênio Chaves e em seguida, convidou também os demais vereadores presentes para que também ficassem à vontade para tomarem seus lugares no plenário. Passou-se então a palavra ao Prefeito, Sr. Maurício, que cumprimentou a população, os secretários e as demais autoridades presente, aproveitou o momento e ressaltou a todos a importância da audiência para sociedade. Passou então a palavra ao Sr. Marcos Rocco, que agradeceu a presença de todos e a confiança depositada em seu trabalho passando a palavra ao Srº Cleison Moreira de Souza que passou a fazer, em nome do prefeito, a apresentação do Relatório do Cumprimento das Metas Fiscais relativos ao 3º Quadrimestre de 2019. Explicou que, considerando as Receitas previstas de todas as Fontes, observou-se que de um valor previsto de R\$70.541.940,00 em valores consolidados do Executivo e Fundo de Previdência, foi realizado um total de R\$67.634.209,12 correspondente a 95,88% da Receita Prevista para o exercício de 2019. A Despesa Empenhada alcançou R\$67.967.591,02 sendo que foi efetivamente liquidada de janeiro a dezembro o montante de R\$ 66.853.665,38, mantendo-se como despesa mais representativa as de Pessoal e Encargos Sociais. Importante ressaltar o significativo valor destinado a Investimentos, que totalizou R\$ 7.102.081,62. Registrou-se um superávit orçamentário na ordem de R\$1.239.585,59 em relação à despesa paga. Importante destacar que no exercício foi repassado ao Poder Legislativo Municipal o montante de R\$1.427.347,44 que integra a prestação de contas desse poder. O Resultado Primário de janeiro a dezembro face a efetiva receita e despesa pagas, fechou positivamente em R\$ 984.818,46. O Resultado Orçamentário também se mostrou positivo, já que alcançou um superávit de R\$ 1.239.585,59. Apresentou os índices alcançados no exercício, sendo que o de Gasto com Pessoal ficou em 47,98% no valor de R\$ 31.389.618,20, sendo o limite máximo de 54,00%. A Dívida Consolidada Líquida foi de R\$ 2.831.138,00 representando 4,32% sobre a Receita Corrente Líquida, sendo o limite definido pelo Senado Federal de 120%. O Total de Garantias foi de 0% sendo o Limite Definido pelo Senado Federal de 22,00%. As Operações de Crédito Internas e Externas foi de 0%, assim como as Operações de Crédito por Antecipação da Receita que também ficou em 0%. O



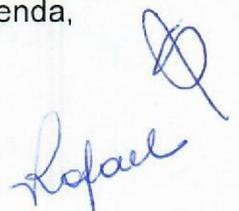
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas é de R\$ 10.468.252,36 sendo 16,00% e o Limite Definido pelo Senado para Operação de Crédito por Antecipação da Receita é de R\$ 4.579.860,41 sendo 7,00%. A Receita Corrente Líquida do Exercício (RCL) é de R\$65.426.577,26. Quanto aos gastos com Saúde, considerando as despesas realizadas por todas as fontes, aplicou-se um valor de R\$ 15.689.396,11 sendo que foram aplicados recursos próprios um total de R\$11.518.842,52 correspondentes a 26,31% da receita própria. O gasto com Educação ficou em 25,68%, e o índice de gastos relativos aos Recursos do Fundeb ficaram em 60,09% investidos diretamente na remuneração do pessoal de magistério, onde o mínimo exigido é de 60%. Ficando constatado que todos os percentuais legais exigidos foram respeitados. O Resultado Nominal com relação aos percentuais apontados em 31/12/2018 e o apurado até este quadrimestre, resulta o montante de R\$ 1.559.049,58 a título de resultado nominal no exercício. Conforme demonstrado nos registros contábeis, o ativo financeiro está assim constituído: disponibilidades financeiras em R\$ 7.763.773,74. Restos a pagar em 31/12/2018, Pagamentos, Inscrições e Saldos em 31/12/2019, sendo os restos a pagar processados tendo o saldo de R\$ 488.640,52, restos pagos ou cancelados R\$ 176.697,05, inscrito em 2019 R\$459.041,85. Total de restos a pagar processados de R\$770.985,32. Para os restos a pagar não processados, se obteve o saldo de R\$1.825.440,49, onde foram pagos ou cancelados R\$714.351,69. Inscrito em 2019, R\$1.113.925,64, e a pagar R\$2.225.014,44. Destacou-se que muitos dos valores lançados em restos a pagar são oriundos de convênios onde os recursos já haviam sido depositados, mas que os pagamentos não puderam ser feitos dentro do exercício por aguardarem as vistorias que dariam as liberações para prosseguir com os pagamentos. Finalizando a leitura do relatório, destacou que de janeiro a dezembro de 2019, registrou-se superávit orçamentário, financeiro, taxas positivas nos resultados nominal e primário, assim como manteve-se os índices equilibrados nos demais limites legais, portanto, os números apurados apontam para o Cumprimento das Metas estabelecidas e para a manutenção do Equilíbrio Fiscal. Retomou a palavra o Ver. João do Alto abrindo o microfone para os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, e aos senhores vereadores presentes. Foi perguntado sobre como estão os preparativos para o Censo 2020. Tomou a palavra o Sr. Cleison Moreira, que explicou ter conversado com funcionário do IBGE, e recebeu a informação de que até 31 de outubro esse novo censo deverá estar homologado em Brasília. Tomou a palavra o Sr. Prefeito, onde destacou a presença do Presidente do Conselho Municipal de Saúde. Também explicou que só é possível fazer uma boa administração com a participação de todos os envolvidos, como se fosse uma equipe, onde também conta com a boa vontade dos vereadores em contribuir para a melhoria da cidade, principalmente com as sugestões dos mesmos. Tomou a palavra o Ver. Márcio Navachi, que questionou como se equalizou a questão do Índice de Gastos com Pessoal. Se diminuiu a quantidade de funcionários em Cargo de Confiança e/ou se aumentou a Receita. Respondeu o Sr. Prefeito, dizendo que foram várias as medidas, mas que poderia destacar uma delas. A de que, quando assumiram a administração, existia um inquérito civil, no Ministério Público, sobre um provável desequilíbrio na gestão do IPTU. Que na gestão anterior, tentou-se acertar a situação, tributando-se as novas casas do programa "Minha Casa, Minha Vida" de acordo com o seu valor real



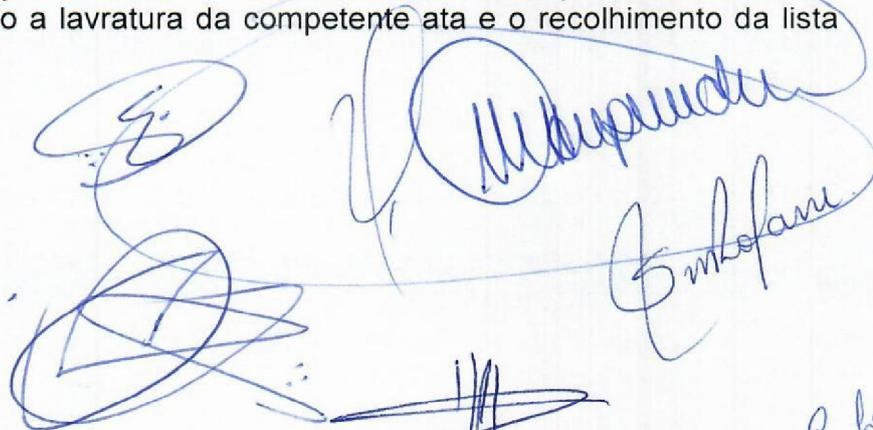
Rafael

de venda, gerando IPTUs de valores próximos a R\$1.300,00 (um mil e trezentos reais). Que durante o período de transição, foi apresentado o projeto de uma nova planta genérica para resolver a situação, mas que ela não foi aprovada pela Câmara. Que ao assumirem a administração, buscaram uma forma de corrigir essas falhas e ainda outras, como os casos de imóveis em região central, que tinham IPTUs de apenas R\$4,00 (quatro reais) e imóveis que nem sequer constavam no cadastro de IPTU. Na busca por fazer uma nova lei, encontrou-se a lei do Plano Diretor de 2007, que embora aprovada, não havia sido implementada. Então, aplicou-se já em 2017 a lei aprovada em 2007. Que isso fez uma correção em tudo. Que os valores de IPTU para as casas menores do "Minha Casa, Minha Vida" baixou para cerca de 300 a 400 reais, mas aquelas que estavam como valores muito baixos, tiveram seus valores aumentados. E que aqueles imóveis que nem constavam no cadastro, passaram a ter IPTU lançados também. Que foi um "remédio amargo", mas que tem a convicção de que se não tivessem feito essa correção, a administração não teria condições ter feito o que já fizeram por Mandaguaçu, embora ainda falta muito. Que tivemos um implemento de receitas, em torno de 3 milhões de reais a mais. Como segunda medida, que era necessária, foi a revisão e ajuste das horas extras. Uma terceira medida, foi a redução dos gastos com peças e combustíveis da frota de veículos. Completando as medidas, corrigiu-se a forma de lançar as despesas com licenças para que não mais se somassem ao índice de pessoal. Passou a palavra ao Sr. Marcos Rocco, que destacou a situação do índice de pessoal de Mandaguaçu. Que se comparada à de outros municípios, está bem melhor que a maioria. Também explicou que vários fatores ajudaram a melhorar o índice de pessoal. Tanto a preocupação da administração em cuidar da manutenção desse índice, como também do fato de que as aposentadorias de servidores antigos, com salários mais altos, já no "teto" da carreira, e substituição desses, às vezes, por estagiários, enquanto não saíam novos concursos. O índice de gastos com pessoal acima dos limites impediam a realização de novos concursos. Tomou a palavra o Sr. Cleison Moreira e destacou que essa queda no índice de gastos com pessoal é o resultado de um trabalho que já vem sendo feito antes desse quadrimestre, desde 2018, 2017, através de muito trabalho da Fazenda. Retomou a palavra o Sr. Prefeito, dizendo que com a realização de concursos, é possível ir fazendo a substituição dos estagiários por funcionários efetivos, de forma cautelosa, pois além disso tudo, é preciso ter o dinheiro em caixa para fazer frente às novas contratações. Retomou a palavra o Ver. Márcio Navachi, que agradeceu a explicação e parabenizou, principalmente pela chegada do Sr. Cleison à Fazenda, que equalizou muito bem as finanças do município, e que esse vereador está sempre atendo ao índice quando chega próximo aos cinquenta por cento. Destacou que agora seria a hora de repensar a contratação de funcionários efetivos, para substituir os estagiários. Que a própria população tem cobrado desse vereador essa substituição. Tomou a palavra o Sr. Cleison Moreira, destacando que para a contratação de novos funcionários concursados, é preciso muita cautela, pois deve ser analisado o impacto financeiro dessas contratações ao longo do tempo. Que por enquanto, foram contratados alguns funcionários em áreas específicas, que trariam economia para o município, como exemplo, os mecânicos para a garagem. Onde a meta é zerar as despesas com manutenção de veículos em oficinas mecânicas. Que antes de fazer as contratações, foram calculados que os

salários desses mecânicos seriam muito mais baixos do que os gastos com oficinas. Que as contratações agora são feitas calculando para não extrapolar as despesas do município e o índice de pessoal. Que concorda com o Ver. Márcio, e que realmente são necessárias ainda novas contratações, mas que serão feitas com muita cautela. Retomou a palavra o Ver. Márcio Navachi, pedindo para a equipe do prefeito para que faça um estudo para valorização do profissional, principalmente do "braçal", pois esses tem seus vencimentos muito defasados. Finalizou e passou a palavra. Pediu a palavra o Ver. Manoel, que cumprimentou a todos e perguntou ao Sr. Prefeito se o mesmo tem acompanhado como os recursos pleiteados nas várias viagens até Brasília tem sido aplicados em cada secretaria, e em que têm sido gastos. Tomou a palavra o Sr. Prefeito, destacando que numa economia e população do tamanho de Mandaguçu, que tem tido muita luta para não sair do ponto de equilíbrio, mas que se alguém quiser analisar, verá que já foram muitas obras. Mas se há dificuldades e mesmo assim há muitas obras, foi por que houveram várias viagens à Brasília e à Curitiba, não só pelo prefeito, mas também pelos vereadores. Alguns por telefone e outros recebendo visitas aqui no município. Que a maior parte dessas obras foram feitas com recursos buscados fora do município. Com a devolução de recursos pela Câmara Municipal, e com os financiamentos. Que desses recursos que tem vindo, muitos são conseguidos pelo esforço do Ver. Manoel, como exemplo, a obra na Av. Centenário, foi com recurso disponibilizado pelo Deputado Takayama. Também foi disponibilizado pela Deputada Aline, um recurso no PAB para custeio da saúde. Também foi disponibilizado pelo Deputado Aliel, de Ponta Grossa, mais 100 mil reais do PAB, na Saúde. Tem também a obra da Rua Alcobaça, que está sendo feita com recursos de indicação do Deputado Diego Garcia. Além desses recursos, que ainda existem outros conseguidos junto a outros deputados, onde o Ver. Márcio conseguiu carro; o Ver. Israel, na gestão anterior, conseguiu carro; o Ver. Fabrício também conseguiu; Tem a previsão de ganhar um caminhão. O Ver. João do Alto também conseguiu recursos para o município. Que espera ter respondido ao Ver. Manoel, e que infelizmente não tem como nomear todos que contribuíram para a obtenção de recursos para o município, sob pena de esquecer alguém. O Sr. Prefeito aproveitou para convidar aos presentes e à população para irem visitar a Av. Centenário que foi alargada com recursos municipais, estaduais e federais, além de contar com a mão de obra disponibilizada pela penitenciária estadual. Retomou a palavra o Ver. Manoel que destacou a qualidade do bom atendimento prestado pela equipe da Deputada Aline, que recebe muito bem os que procuram ajuda junto à eles. Pediu a palavra o Sr. Cleison Moreira para explicar sobre o índice de investimentos na Educação. Que embora o índice da educação ficou em 25,68%, não entraram nesse índice outros gastos relevantes da secretaria de educação, como a contra-partida da merenda escolar e as aulas disponibilizadas pela Divisão de Cultura, ambas custeadas com recursos próprios do município. Pediu a palavra o Sr. Marcos Rocco, e passou a explicar que se somadas as despesas totais com Educação e Cultura, chega-se a um terço de toda a arrecadação do município, o que chega a ser o orçamento inteiro de alguns municípios vizinhos. Aproveitou a oportunidade para expor que o estoque de dívida ativa do município é de mais de cinco milhões de reais só em IPTU. Que a Câmara e o Executivo já devem começar a pensar em formas de alertar a comunidade para regularizarem a situação junto à fazenda,



pois gostando ou não, caberá a execução judicial dessas dívidas antes da prescrição de cinco anos. Retomou a palavra o Ver. João do Alto, destacando que em 2007, os vereadores daquele mandato aprovaram a lei do Plano Diretor, e que não é culpa desses o fato da lei não ter sido executada. Que gostaria de parabenizar o atual prefeito pela execução dessa lei, mesmo depois de dez anos da aprovação. Também aproveitou para salientar que recursos de deputados e emendas só devem ser considerados ou comemorados depois que efetivamente estão nas obras. Lembrou que o Centro de Referência da Vila Guadiana, que está em construção adiantada, está sendo feito com recursos da ordem de 300 mil reais, disponibilizados pelo Deputado Guto Silva. Terminada sua fala, disponibilizou o microfone aos presentes. Tomou a palavra o Sr. Diego Bezerra, identificando-se como um dos administradores do Grupo "Portal Mandaguçu", onde tem havido muita reclamação, apesar dos investimentos, quanto ao mau atendimento prestado nos postos de saúde Central e do Jd. Ouro Verde. Que quando precisou de médico, o mesmo estava em horário de almoço, mas não havia outro para atender nesse período. Que tinha enfermeira, mas não encontrou a enfermeira para atendimento. Que precisou da ambulância, mas lhe disseram que não tinha ambulância, sendo que tinha ambulância. Ou seja, o município tem os recursos, mas que o pessoal não estaria disposto a trabalhar. Retomou a palavra o Ver. Márcio Navachi e aproveitou para convidar o Sr. Diego Bezerra e toda a população para participar da Audiência Pública da Saúde, que seria no dia seguinte. O Sr. Prefeito aproveitou para destacar que os investimentos na saúde são crescentes, mas que a população aumenta muito mais que a quantidade de funcionários. Que já estão em conversa as questões de como melhorar o atendimento na saúde. Retomou a palavra o Ver. João do Alto, agradeceu a fala do Sr. Diego Bezerra, destacando que se a saúde não tem uma ambulância, ou não tem um médico, tem que haver a educação no trato com o paciente. Que não se pode generalizar, pois não são todos os funcionários que não atendem bem. Aproveitou para frisar que o horário das audiências públicas, deveriam ser alterados para aumentar a presença da população. Dando como finalizada a apresentação, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declarou que, diante da demonstração realizada, considerou legalmente cumpridas as exigências da Lei Complementar número 101/2000 referentes ao terceiro quadrimestre de dois mil e dezenove, e como não havia mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência pública, determinando a lavratura da competente ata e o recolhimento da lista de presença.



Rafael B. b. Chaves